Administração Indireta para nunca mais errar

Descrição

O que é Administração Indireta?

A **Administração Indireta** é composta por **entidades descentralizadas**, ou seja, pessoas jurídicas criadas ou autorizadas por lei para executar serviços públicos ou atividades atribuídas pelo Estado. Essa descentralização ocorre por **serviços**, significando que o ente público transfere a execução de certas atividades para outra pessoa jurídica, vinculada ao Poder Público mediante controle finalístico.

Fundamento da Administração Indireta

O fundamento principal da Administração Indireta reside na necessidade de:

- Dar maior eficiência e agilidade à prestação de serviços públicos;
- Conferir especialização para determinadas áreas de atuação estatal (educação, saúde, previdência, economia, etc.);
- Evitar a sobrecarga administrativa dos entes da Administração Direta.

A criação dessas entidades promove a **descentralização administrativa**, enquanto o Estado mantém o **controle finalístico ou tutela** sobre elas, supervisionando seus atos e garantindo que atendam ao interesse público.

Características da Administração Indireta

- **Personalidade jurídica própria:**
Todas as entidades que pertencem à Administração Indireta possuem personalidade jurídica própria (de direito público ou privado), o que garante autonomia jurídico-administrativa.
  - **Autonomia administrativa e financeira:**
Elas possuem autonomia para gerir seus recursos e desempenhar suas funções, embora devam observar as normas gerais de Direito Administrativo e subordinem-se ao controle finalístico do ente político.
  - **Criação por lei específica ou com autorização legislativa:**
    - Para entidades de direito **público**, a criação ocorre diretamente por meio de lei específica.
    - Para entidades de direito **privado** (empresas públicas e sociedades de economia mista), a lei autoriza sua criação, mas a constituição ocorre no momento do registro do ato constitutivo.
  - **Finalidade específica:**
Cada entidade tem um objetivo definido pela lei que a criou. Seu funcionamento e atuação devem estar restritos a essa finalidade.
-

- **Controle finalístico (ou tutela administrativa):**

O Poder Público exerce controle sobre os resultados das atividades desenvolvidas por essas entidades, mas sem interferir diretamente em sua autonomia gerencial.

Entidades da Administração Indireta

A Administração Indireta é composta por **quatro espécies principais de entidades**, cada uma delas com características próprias, finalidades específicas e regime jurídico aplicável:

Autarquias

As **autarquias** são pessoas jurídicas de **direito público**, criadas diretamente por lei para desempenhar **atividades típicas da Administração Pública** de interesse público, mantendo autonomia administrativa e financeira.

Características principais:

- Criadas por lei específica.
- Possuem personalidade jurídica de direito público.
- São totalmente subordinadas às normas do Direito Público.
- Praticam atos administrativos e possuem autonomia administrativa, técnica e financeira.
- Seus atos e contratos são regidos por normas de Direito Administrativo.

Exemplo de autarquias:

- **IBAMA**: Responsável pela proteção ambiental.
- **INSS**: Responsável pela gestão da previdência social no Brasil.

Fundações Públicas

As **fundações públicas** também podem ter personalidade jurídica de **direito público ou privado** e possuem como objetivo o desenvolvimento de atividades de interesse social (educação, saúde, cultura, pesquisa científica, etc.).

Características principais:

- Criadas por lei específica (quando de direito público) ou autorizadas por lei (quando de direito privado).
- Podem ser regidas por normas de Direito Público ou Privado, dependendo de sua natureza.
- Devem estar vinculadas a um ente da Administração Direta, que exerça seu controle finalístico.
- Atuam em áreas mais flexíveis, como educação, saúde ou pesquisa científica.

Exemplo de fundações públicas:

- **FUNAI** (Fundação Nacional do Índio): Atua na preservação dos direitos e da cultura dos povos

---

indígenas no Brasil.

Obs.: A doutrina frequentemente diferencia as fundações públicas de direito público (mais próximas das autarquias) das fundações públicas de direito privado.

Empresas Públicas

As **empresas públicas** são pessoas jurídicas de **direito privado**, criadas pelo Poder Público, cujo capital social é **totalmente público** (proveniente de recursos da União, Estados ou Municípios).

Características principais:

- Autorizadas por lei para funcionamento.
- Possuem natureza jurídica de direito privado.
- Podem desenvolver atividades de prestação de serviços públicos ou exploração de atividade econômica.
- Sujeitam-se a normas de Direito Privado, mas devendo observar normas administrativas quando desempenham função pública.
- Flexibilidade operacional para atuar no mercado.

Exemplo de empresas públicas:

- **Caixa Econômica Federal:** Gerencia poupanças, financiamentos habitacionais e outros serviços financeiros, sendo 100% de propriedade do governo federal.
-

Sociedades de Economia Mista

As **sociedades de economia mista** também são pessoas jurídicas de **direito privado**, mas possuem tanto capital público quanto privado. Diferentemente das empresas públicas, parte do seu capital é aberto à iniciativa privada, por meio de ações negociadas no mercado.

Características principais:

- Autorizadas por lei para funcionamento.
- Possuem controle público (ou seja, o Poder Público detém a maioria do capital votante).
- Sujeitam-se ao regime jurídico híbrido: Direito Privado (preponderantemente) e algumas normas administrativas (para atuação de interesse público ou serviços públicos).
- Exemplos de atuação incluem atividades econômicas e prestação de serviços públicos.

Exemplo de sociedades de economia mista:

- **Banco do Brasil:** Atua no mercado bancário, mas com controle acionário majoritário do governo federal.
  - **Petrobras:** Empresa estatal que opera no setor de petróleo e energia, com participação de acionistas privados.
-

Diferenças entre as Entidades

Entidade	Natureza Jurídica	Criação por Lei	Finalidade	Exemplo
Autarquias	Direito Público	Criadas por lei	Atividades típicas de Estado	IBAMA, INSS
Fundações Públicas	Direito Público/Privado	Criadas ou autorizadas	Atividades sociais e científicas	FUNAI
Empresas Públicas	Direito Privado	Autorizadas por lei	Prestação de serviços públicos ou atividade econômica	Caixa Econômica Federal
Sociedades de Economia Mista	Direito Privado	Autorizadas por lei	Atividades econômicas e prestação de serviços	Banco do Brasil

6. Diferenças entre Descentralização e Vinculação

Embora as entidades da Administração Indireta sejam **descentralizadas**, elas permanecem vinculadas a um ente da Administração Direta, que realiza o **controle finalístico**. Essa vinculação não significa hierarquia, mas sim a supervisão para garantir que as atividades estejam de acordo com o interesse público.

- **Descentralização:** Transferência de competência do ente político para uma entidade autônoma.
- **Vinculação:** Relação de supervisão entre o ente político e a entidade descentralizada.

Resumo

A Administração Indireta é composta pelas **autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista**. Essa estrutura possibilita maior eficiência e flexibilidade na execução de serviços públicos e na exploração de atividades econômicas, sempre sob supervisão do ente público responsável. Cada entidade possui características específicas ligadas à sua natureza jurídica e ao regime aplicável.

Data de criação

03/19/2025

Autor

admin